

## **Apresentação do livro *Jurisprudência Cooperativa Comentada***

Solicitou-me a Professora Deolinda Aparício Meira que interviesse nesta sessão fazendo uma apresentação do livro *Jurisprudência Cooperativa Comentada Obra Coletiva de Comentários a Acórdãos da Jurisprudência Portuguesa, Brasileira e Espanhola*. O convite corresponde a uma mera deferência – que muito agradeço, apesar de ter implícita a imputação de senioridade, que bem dispensaria... -, pois, como sabem aqueles que me conhecem, estou muito longe de ser um especialista em Direito Cooperativo. Reconheço, no entanto, que a minha falta de qualificações tem a virtude de tornar a minha opinião potencialmente representativa da dos leitores comuns.

Procurarei cumprir o que me cabe seguindo os parâmetros que, genericamente, observo no que faço, o que, nesta situação, significa centrar-me em dar a conhecer os pontos de interesse da obra. Usarei poucos adjetivos, não por não serem ajustados qualificativos (positivos), mas por o importante ser chamar a atenção para o que fica à disposição dos leitores.

Assim:

- O livro consiste, como o seu título indica, em comentários a decisões de tribunais sobre litígios respeitantes a cooperativas; as decisões não são transcritas mas apenas brevemente descritas no início de cada comentário;
- Como o subtítulo do livro indica, os comentários respeitam a decisões de tribunais portugueses, brasileiros e espanhóis (mormente galegos) e são assinados por autores das três nacionalidades;
- A quantidade de comentários é de 53, sendo 29 textos respeitantes a decisões de tribunais portugueses, 18 a decisões de tribunais espanhóis e 6 a decisões de tribunais brasileiros;
- Os temas tratados são muito diversos, abrangendo quase tudo o que poderia ser encontrado num manual de direito cooperativo: características das cooperativas, fontes do Direito Cooperativo, quadro constitucional das cooperativas, relações dos cooperadores com a cooperativa, relações da cooperativa com terceiros, constituição financeira das cooperativas (excedentes, reservas, perdas), deliberações dos

cooperantes, transmissão da posição de cooperante, demissão e expulsão dos cooperantes, dissolução das cooperativas, qualificação das cooperativas como empresas comerciais (nomeadamente para efeitos do regime de juros ativos), regime das cooperativas de segundo grau, cooperativas e concorrência;

- Boa parte das análises feitas é extrapolável para outros domínios do Direito, nomeadamente para o Direito das Sociedades; valham como exemplos as que respeitam à desconsideração da personalidade coletiva, à validade das deliberações dos membros e à responsabilidade dos auditores (seja perante as entidades que os contratam, seja perante terceiros);

- A relevância social dos temas tratados resulta da própria enunciação que fiz, mas pode ainda sublinhada acrescentando que, um pouco escondidos sob as designações que usei, aparecem, por exemplo, os problemas inerentes às aquisições de fogos por cooperadores às cooperativas de habitação e às relações de trabalho entre os cooperadores nas cooperativas de produção.

Deste panorama resulta que o conteúdo da obra é totalmente adequado ao seu fim: assinalar o ano internacional das cooperativas. As diferentes nacionalidades dos autores e a diversidade dos sistemas jurídicos considerados fazem o livro saltar fronteiras. Por outro lado, ainda que a maior parte dos textos não contenha comparações expressas dos regimes jurídicos dos vários países, a leitura dos comentários torna evidente a homogeneidade e a relevância - social, económica e jurídica - do fenómeno cooperativo nos vários países em causa, o mesmo é dizer, a sua dimensão internacional.

Estão, pois, de parabéns a Cooperativa António Sérgio, a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, a Professora Deolinda Aparício Meira, enquanto coordenadora do livro, e todos os seus autores.

Boa leitura e muito obrigado.